

# Collin quer renegociar também os juros da dívida

JORNAL DE BRASÍLIA

O presidente do Banco do Brasil (BB), Osvaldo Collin, afirmou, ontem, que enquanto o Brasil estiver discutindo com os banqueiros "ninguém nos declara inadimplentes". Ele defendeu a inclusão dos juros na renegociação da dívida externa, por entender que uma parcela deles excedeu a nossa capacidade de pagamento.

Após uma reunião de duas horas com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas e o diretor da Cacex, Carlos Viacava, o presidente do BB disse, à saída, que "ou discutimos as alternativas para o excedente dos juros, ou declaramos nossa incapacidade de pagar". As alternativas para incluir os juros na renegociação da dívida, para ele, são várias, dependendo apenas de se discutir a questão com os banqueiros internacionais.

O presidente do BB considerou também necessário remover o espectro da crise que envolve o Brasil, um conceito "que muito nos desfavorece" e disse que isso só será possível sentando à mesa com os banqueiros, "levando a eles proposições concretas".

Ele ressaltou que não tem condições de garantir que os credores brasileiros estariam dispostos a renegociar também os juros e que não sabe qual é a posição do ministro Ernane Galvêas sobre o assunto, mas enfatizou que "devemos tratar os problemas na medida da nossa capacidade de responder a eles".

Durante a viagem que fez aos Estados

Unidos, visitando 30 bancos regionais americanos, Collin disse que percebeu nos banqueiros a vontade de discutir e participar das negociações para o refinanciamento da dívida brasileira. Os bancos regionais, segundo afirmou, são bancos grandes, com passivos superiores a US\$ 10 bilhões.

No esquema anterior, quando foram montados quatro projetos de refinanciamento da dívida brasileira, esses bancos tinham pouco contato com os bancos maiores que lideravam as negociações. Mas no esquema atual, após a implantação do Comitê de Assessoramento da Dívida Brasileira, os bancos regionais têm representantes e coordenadores no grupo que lidera as negociações.

Após a reunião com o ministro da Fazenda, o presidente do BB anunciou que os recursos a serem liberados pelo Eximbank (Banco Americano Para Importações e Exportações), no total de US\$ 5 bilhões, serão repassados às empresas privadas nacionais pelo Banco do Brasil.

Esses recursos, como explicou, financiarão uma variada lista de importações, inclusive manufaturados e fertilizantes para a agricultura.

Para Osvaldo Collin, a reforma bancária não é prioritária, diante dos problemas que precisam ser resolvidos a curto prazo. Essa medida, entretanto, vem sendo discutida entre técnicos do Banco do Brasil, Banco Central, Ministério da Fazenda e Seplan e o objetivo básico é a desvinculação entre o BC e o BB.